

## AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS REVISTAS BAIANAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

**Me. Osni Oliveira Noberto da Silva**

Universidade do Estado da Bahia

**Dra. Theresinha Guimarães Miranda**

Universidade Federal da Bahia

**Dr. Miguel Angel Garcia Bordas**

Universidade Federal da Bahia

**RESUMO:** O objetivo do presente estudo foi verificar por meio de revisão sistemática as produções acerca da Educação Especial, publicadas revistas acadêmicas de maior conceito no campo da Educação, ligadas a Universidades Estaduais da Bahia: a revista da FAEEDA e a revista Práxis Educacional. Inicialmente foi encontrado um total de 18 artigos, onde foram analisados os títulos, resumos e em seguida foi feita a leitura dos textos na íntegra, tendo ao final 11 artigos selecionados sobre Educação Especial, em seus

diversos aspectos: foram 3 artigos sobre Educação Infantil, 2 artigos sobre Língua Brasileira de Sinais, 2 sobre Políticas públicas, 2 sobre Formação docente e 1 sobre prática pedagógica. Sobre a localização geográfica, 04 são oriundos da região Sudeste, 04 da região Sul, 01 da região Centro-Oeste e 01 da região nordeste. Nenhum estudo de uma Universidade baiana, sobre Educação Especial foi encontrado, durante o recorte temporal analisado, apesar de existirem 2 revistas acadêmicas de qualidade no estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial; Inclusão; Revisão sistemática.

## THE RESEARCHES IN SPECIAL EDUCATION IN THE BAIAN MAGAZINES: A SYSTEMATIC REVIEW

**ABSTRACT:** The objective of the present study was to verify through a systematic review the productions about Special Education, published academic journals of greater concept in the field of Education, linked to State Universities of Bahia: the magazine of FAEEDA and the magazine Praxis Educacional. Initially, a total of 18 articles were found, where the titles, abstracts were analyzed and then the texts were read, with 11 selected articles on Special Education in its various aspects: 3

articles on Early Childhood Education, 2 articles on Brazilian Sign Language, 2 on Public Policies, 2 on Teacher Training, and 1 on Pedagogical Practice. About the geographic location, 04 are from the Southeast, 04 from the South, 01 from the Midwest and 01 from the Northeast. No study of a Bahian University on Special Education was found, during the time cut analyzed, although there are 2 quality academic journals in the state.

**KEYWORDS:** Special Education; Inclusion; Systematic review.



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente as discussões sobre Educação Especial, especificamente inclusão de alunos com deficiência estão nas atuais pautas de discussão no país. Outrora ligado a medicina e a reabilitação, a Educação de alunos com deficiência, ganhou força, através do paradigma da inclusão que iniciado em meados dos anos 80 do século XX, como é explicado por Sassaki (1997, p. 17):

O movimento da inclusão social começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países.

Em 1962 é iniciado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o primeiro curso de extensão universitária para a Educação Especial, e partir de 1972 é criada habilitações para a área de Educação Especial em poucos cursos de Pedagogia no país, para atuação com alunos com deficiência cognitiva. Apesar de pequeno em número, estes cursos foram importantes para ampliar a discussão sobre Educação Especial no Brasil (DEIMLING, 2013).

Um marco desse movimento, a nível internacional, se materializou num importante documento conhecido como Carta ou Declaração de Salamanca. Este documento, assinado em 1994 na cidade espanhola de mesmo nome por vários países signatários (inclusive o Brasil) enfatiza a necessidade de programas pedagógicos específicos e complementares, aplicados por docentes especializados, além da produção de estudos de níveis regionais e nacionais que colaborassem na criação de tecnologias de apoio às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência (BRASIL, 1997).

Ainda que existam documentos mais atuais, podemos considerar Salamanca como um importante marco para a proposição de políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Isso porque na declaração tem encravada a ideia de inclusão escolar como



ponto inicial, afim de avançar para a construção de uma sociedade solidária e genuinamente inclusiva.

É possível também observar de forma muito explícita que a Declaração de Salamanca busca alterar a perspectiva social vigente até então, acerca da incapacidade do aluno, propondo a alterando para uma perspectiva que foca no potencial do indivíduo. O que significa na prática que “modificações de programas de estudo, metodologias de ensino, sistema de avaliação, adaptação em mobiliário devem ser realizados, quando se fizerem necessários para atender às peculiaridades de quem aprende” (CHICON, 2003, p. 1).

A partir daí as discussões sobre as escolas inclusivas começam a se fortalecer, fundamentada no princípio de que todos os alunos, independente das diferenças e das dificuldades que exibem, devem estudar juntos (BAUMEL; CASTRO, 2002).

No Brasil, ainda em 1994, a Portaria nº 1793, de dezembro de 1994 do antigo Ministério de Estado da Educação e do Desporto do Brasil, recomendou as Instituições de Ensino Superior (IES) a inclusão, no âmbito das Licenciaturas e dos cursos das áreas de saúde, de componentes curriculares que debatesse os assuntos ligados a pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLITICO-EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.

Art. 2º. Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos–Ético–Políticos–Educaçãoais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Art. 3º. Recomendar a manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial (BRASIL, 1994).



De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial é entendida como:

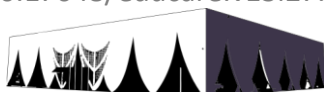
(...) uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Talvez o principal desafio da Educação Especial, na perspectiva da inclusão é saber como garantir o ensino dos alunos com deficiência no mesmo ambiente de aprendizagem dos alunos sem deficiência, “pois é neste aspecto que a inclusão deixa de ser uma filosofia, uma ideologia ou uma política, e se torna ação concreta em situações reais envolvendo indivíduos com dificuldades e necessidades específicas” (GLAT; OLIVEIRA, 2003, p. 6).

Desta forma, imaginar uma educação que seja de fato realmente inclusiva sugere alterar praticamente tudo que se sabe sobre educação, em seus aspectos mais tradicionais nas escolas brasileiras. Assim, é necessário estrutura própria, currículo flexível e atitudes diferenciadas que possibilitem caminhos para a aprendizagem dos alunos com deficiência e/ou necessidades especiais, como é explicado por Miranda (2006):

(...) enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de sinais – LIBRAS- por exemplo. (MIRANDA, 2006, p. 6)

De acordo com Carmo (2001, p. 71), a inclusão de alunos com deficiência em classes regulares trouxe uma série de desafios aos educadores e os dirigentes da educação, “diante da obrigação de ter que trabalhar no mesmo espaço e tempo, com crianças que apresentam as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamentos e histórias de vida”. O mesmo autor ainda complementa:



O velho e desgastado ideário da igualdade universal entre os homens começa a dar sinais de exaustão e um novo discurso começa a se tornar hegemônico. Estamos falando das diferenças concretas existentes entre os homens, que sempre existiram, porém foram negadas ou desconsideradas pela grande maioria dos educadores (CARMO, 2001, p. 71).

Além dos documentos já mencionados, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, criado em 2003 pelo Ministério da Educação e o Decreto nº 6.094/2007 que implementa o Plano de Desenvolvimento da Educação, auxiliaram no fortalecimento de políticas públicas para a inclusão de alunos com deficiência na escola. (ZERBATO et al, 2013).

É notório que atualmente a legislação brasileira é bem ampla no que diz respeito ao direito a escolarização dos alunos com deficiência, garantindo que o ensino ocorra dentro das classes regulares nas escolas. Como auxílio a educação, é oferecido uma série de serviços de apoio, chamado de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e tendo como local as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) (BRASIL, 2011).

As políticas brasileiras de Educação Especial são em sua maioria, voltadas para o paradigma da inclusão. Assim sendo, são voltadas para a uso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como principal elemento no que diz respeito as ações de escolarização do aluno com deficiência, que precisa ser matriculado na escola regular. O AEE é regulamentado através do Decreto nº 7611/2011, no artigo 2ª, § 1º, que o conceitua com sendo:

(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou  
II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).



No artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, ratifica o apoio à inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação<sup>1</sup> na educação regular, conseguido através do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

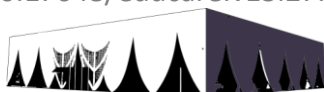
De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica (BRASIL, 2012), observou-se, que de 2007 a 2011, um aumento de aproximadamente 82% no número de matrículas de alunos com deficiência em classes comuns do ensino fundamental.

Para atender essa demanda com qualidade, o governo brasileiro, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz os requisitos que os professores precisam ter para poder garantir uma atuação segura com alunos com deficiência:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional

---

<sup>1</sup> Atualizada pela Lei nº 12.796, de 2013.



especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. (BRASIL, 2008, p. 17-18).

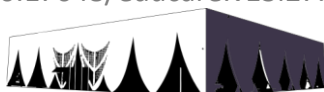
Deste modo, com as garantias legais assegurando a educação de alunos com deficiência, vários pesquisadores de diversas Universidades do Brasil se debruçam em produzir estudos afim de discutir e propor possibilidades no âmbito da Educação Especial, em suas mais variadas vertentes.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar por meio de revisão sistemática as produções acadêmicas sobre Educação Especial, publicadas nas revistas FAEEBA e Práxis Educacional, as duas principais revistas científicas no campo da Educação no estado da Bahia, mantidas por Universidades Estaduais.

## 2 METODOLOGIA:

Este estudo trata-se de revisão sistemática realizada no período de 06 a 10 de maio de 2017. De acordo com Medina e Pailaquilén (2010) a revisão sistemática é um tipo de revisão que cada vez mais vem sendo utilizada, servindo como uma opção frente aos métodos de revisão tradicionais. Isto porque “os pesquisadores precisam das Revisão Sistemática (RS) para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro considerados como seus sujeitos” (pág. 7).

De acordo com Muñoz et al (2002) os pesquisadores precisam definir um tema específico para sua revisão, levando em consideração uma sequência metodológica a ser percorrida. Inicialmente é selecionado algumas bases de dados para se buscar os estudos que irão compor a revisão. Em seguida são escolhidas as palavras chave para a busca. O terceiro momento é feito o teste de relevância, onde é determinado os critérios de inclusão e exclusão dos textos selecionados. Por fim, após a apresentação dos textos que compõem a amostra final, é feita a discussão dos estudos encontrados. Esse é segundo o autor um dos momentos mais importantes na revisão:



A discussão deve ajudar o leitor a compreender as implicações da evidência apresentada em relação às decisões práticas. Os autores devem abordar, na discussão, aspectos como: limitações metodológicas e qualidade dos artigos incluídos na pesquisa, significância dos efeitos observados, consistência desses efeitos através dos diferentes estudos, clareza ou não da relação dose-resposta, existência de algum fator indireto que reforce a evidência, outras possíveis explicações para os efeitos observados e a aplicabilidade dos resultados. Podem, também, ser apresentadas algumas informações referentes ao custo-benefício das informações geradas (pág. 4).

Diante disso, nossa pesquisa ocorreu nas bases de dados das duas mais bem qualificadas revistas acadêmicas no campo da Educação, mantidas por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da Bahia: a revista da FAEEBA, mantida pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a revista *Práxis Educacional* ligada a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

A Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, foi criada em 1992 na antiga Faculdade de Educação do Estado da Bahia – FAEEBA, atual Departamento de Educação, campus I da UNEB, como um periódico temático semestral e se tornando quadrimestral a partir de 2016. Já a Revista *Práxis Educacional* é um periódico quadrimestral, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB, tendo seu primeiro número publicado no ano de 2005.

Segundo a CAPES, esses dois são os periódicos de maior conceito na área de avaliação nº 20, que se refere a Educação. Assim, por terem os Qualis<sup>2</sup> mais altos dentre as revistas mantidas pelas Universidades da Bahia, são conseqüentemente os mais importantes da área no estado e por esta razão os dois periódicos foram selecionados para o nosso estudo.

O recorte temporal levou em consideração artigos publicados nestes dois periódicos, dos anos de 2012 a 2016. Como critérios de inclusão, foram aceitos somente os textos disponíveis gratuitamente, disponibilizados na íntegra, originais, em português, espanhol ou inglês.

---

<sup>2</sup> Revista da FAEEBA, Qualis A2 e Revista *Práxis Pedagógica*, Qualis B1.

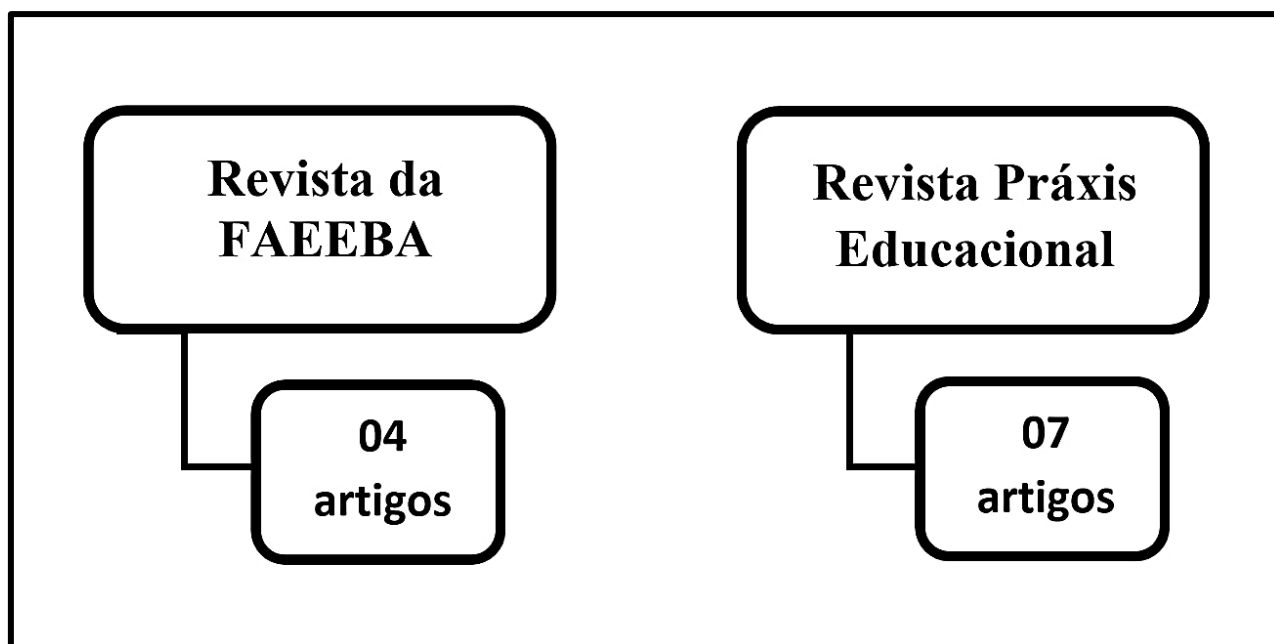




Assim, na busca preliminar foram encontrados 18 artigos, sendo que após a leitura dos títulos foram selecionados 13 artigos. Com a leitura dos resumos sobraram 11 artigos e depois da leitura dos textos na íntegra foram mantidos os 11 artigos que estavam de acordo com o objetivo de nosso estudo e compõem assim a amostra final.

Todo o processo de sistematização das buscas nos dois periódicos está ilustrado nos organogramas representados nas figuras 01 e 02:

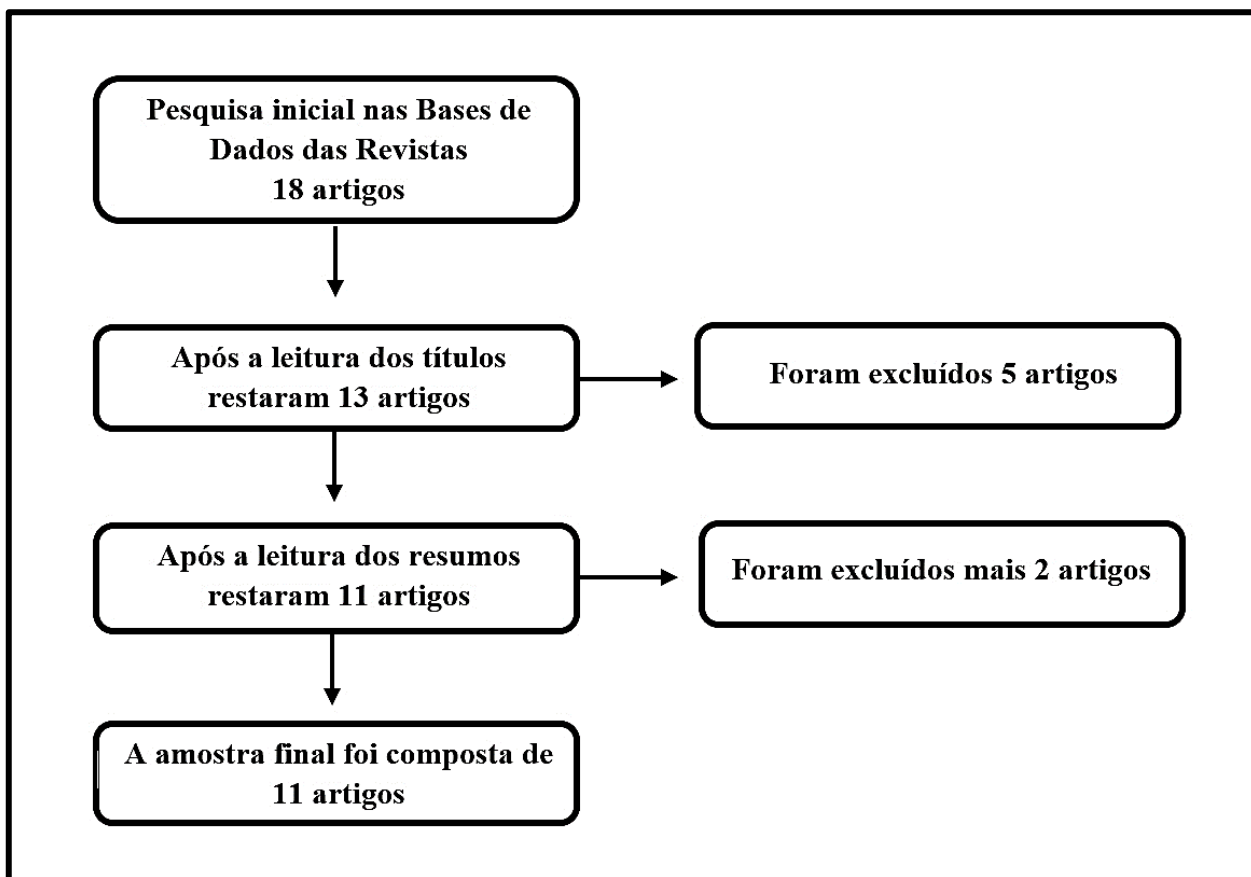
Figura 1 – Organograma das buscas nas revistas científicas



Fonte: Próprio autor (2017)



Figura 2 – Organograma de sistematização das buscas nas revistas científicas



Fonte: Próprio autor (2017)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra final foi composta de 04 artigos da Revista da FAEEBA e 07 artigos da Revista Práxis Educacional. O quadro 01 mostra os dados acerca dos estudos sobre Educação Especial encontrados.

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados na revista da FAEEBA

Título	Autores	Edição e ano	Revista
Educação inclusiva na educação infantil	Relma Urel Carbone Carneiro	v. 8, n. 12 p. 81-95 jan./jun. 2012	Práxis Educacional
Profissão professor: modos de gerenciar a docência em tempos de inclusão	Gisele Ruiz Silva	v. 23, n. 41, p. 179-189, jan./jun. 2014	FAEEBA



Novos 'referenciais' cognitivos e normativos para a política nacional de Educação Especial no Brasil	Kátia Silva Santos, Claudio Roberto Baptista	v. 10, n. 16, p. 15-33, jan./jun. 2014	Práxis Educacional
A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais	Selma Norberto Matos; Enicéia Gonçalves Mendes	v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. 2014	Práxis Educacional
O transtorno global do desenvolvimento na educação inclusiva: escola comum ou escola especial?	Ana Paula Camilo Ciantelli; Lucia Pereira Leite; Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins	v. 10, n. 16 p. 105-127 jan./jun. 2014	Práxis Educacional
Prática docente: a corporeidade como processo de inclusão	Cassiano Telles; Hugo Norberto Krug	v. 10, n. 16 p. 147-165 jan./jun. 2014	Práxis Educacional
A escrita da língua de sinais na escola inclusiva através do AEE	Erika Vanessa de Lima Silva	v. 10, n. 16 p. 129-146 jan./jun. 2014	Práxis Educacional
Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas	Fabiana Cia; Roberta Karoline Gonçalves Rodrigues	v. 10, n. 16 p. 81-103 jan./jun. 2014	Práxis Educacional
Ead e o ensino de LIBRAS: o caso da Universidade de Brasília (UNB)	Daniela Prometi; Gláucio Castro Júnior	v. 24, n. 44, p. 161-178, jul./dez. 2015	FAEEBA
Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do pacto nacional pela alfabetização na idade certa	Elci Schroeder Lucachinski; Celso Francisco Tondin	v. 25, n. 45, p. 217-234, jan./abr. 2016	FAEEBA
Experiências e saberes de professores universitários em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior	David dos Santos Calheiros, Neiza de Lourdes Frederico Fumes	v. 25, n. 46, p. 239-255, maio/ago. 2016	FAEEBA

Fonte: Próprio autor (2017)

Os 11 artigos selecionados são de estudos desenvolvidos em cursos de graduação e Pós-Graduação. Desse total, 04 são oriundos da região Sudeste, 04 da região Sul, 01 da região Centro-Oeste e 01 da região nordeste, especificamente do estado de Alagoas. A situação merece atenção pois apesar de existirem 2



revistas acadêmicas de qualidade no estado da Bahia, no campo da Educação, não foram encontrados estudos, durante o recorte temporal analisado, oriundos de Instituições de Ensino Superior baianas.

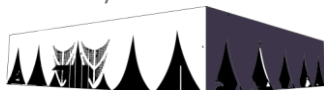
Estes achados vão ao encontro dos resultados encontrados no estudo de Sidone et al (2016):

(...) a geografia da produção e colaboração científica no país é marcada por intensa heterogeneidade espacial, com concentração sistemática da produção e dos fluxos de conhecimento nas regiões Sudeste e Sul, com destaque aos Estados que sediam universidades públicas (federais e estaduais) consolidadas no cenário acadêmico nacional, porém com padrões espaciais peculiares a cada domínio científico (pág 29-30).

Entretanto os mesmos autores alertam que essa concentração histórica da produção científica nacional, com foco nas regiões Sudeste e Sul do país, vem desacelerando. Atualmente é possível observar que há uma crescente desconcentração geográfica. (SIDONE et al, 2016) o que infelizmente ainda não pôde ser observado na análise dos artigos selecionados para nosso estudo.

Na amostra 7 artigos foram publicados em 2014, dois em 2016 e um em 2012 e 2015. Isto ocorreu muito por conta da publicação de um caderno temático sobre Educação Inclusiva na Revista Práxis Pedagógica no ano de 2014, o que acabou por elevar a produção e concentrar dois terços das publicações encontradas naquele ano. Entretanto foi observado uma boa distribuição no recorte temporal de nosso estudo, sendo que apenas no ano de 2013 não foi encontrado nenhum artigo sobre Educação Especial nas duas revistas.

O primeiro artigo analisado foi o de Carneiro (2012), que teve como objetivo refletir sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil, no intuito de pensar acerca das alterações educacionais necessárias, que deverão ser iniciadas na Educação Infantil, que é o primeiro passo na educação básica e considerado pelos autores um período crucial no que diz respeito a aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência. O autor levanta a discussão de se repensar a prática pedagógica, entendo como um elemento basilar no que diz respeito a inclusão de



alunos na educação infantil, sendo constituída pela união entre o conhecimento que o professor acumulou em sua formação e experiência e a disponibilidade em procurar formas atuais e fazer, levando em conta as características individuais dos alunos.

Já o artigo de Silva (2014) tem como objetivo investigar como é representada na atualidade a figura do professor na escola inclusiva. O estudo utiliza em sua metodologia a Análise do Discurso de Michel Foucault e trabalho com os conceitos de enunciação, discurso e governamentalidade. O objeto de análise são as reportagens publicadas na Revista Nova Escola, no período de 2008 a 2013, com o intuito de mapear em seus discursos as ideias que remetem ao conceito de professor-inclusivo. No estudo foi possível perceber que a partir da edição de junho de 2012 até a edição publicada em maio de 2013 não foram publicadas mais reportagens que tratassem especificamente de inclusão. Elas focaram na prática pedagógica em si, transmitindo a ideia de que já houve por parte dos professores o entendimento de que a inclusão já se tornou realidade. Deste modo as reportagens destacam e reforçam o que consideram ser as características de um professor-inclusivo, que é aquele produzido na e pela lógica da governamentalidade neoliberal.

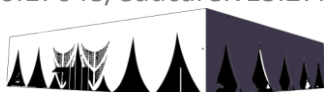
Santos e Baptista (2014) apresentam um ensaio analítico através de análise documental de textos normativos e orientadores sobre os elementos norteadores da Política Nacional de Educação Especial, que atualmente seguem a perspectiva da Educação Inclusiva. O artigo tem como referência os últimos 30 anos da história da Educação Especial brasileira. Através da análise é possível afirmar que as perspectivas atuais na Educação Especial no Brasil direcionam para a busca de garantir o direito à educação pública, gratuita, regular e de qualidade para as crianças com deficiência. Foi possível identificar uma série de avanços, ainda que parciais se forem consideradas as desigualdades entre ações de abrangência nacional, com as imensas dificuldades ainda existentes em âmbito regional, estadual e municipal no país.



Matos e Mendes (2014) apresentam um artigo onde refletem e tecem algumas críticas à proposta de inclusão escolar de implementação das políticas educacionais em âmbito nacional. O estudo teve como base uma revisão de literatura e utilizou os resultados de uma pesquisa educação inclusiva e a atuação do psicólogo escolar. O texto debate a política nacional de Educação Especial e apresenta, em suas considerações finais alguns dos principais desafios para constituição de uma genuína Educação inclusiva no país, e por fim afirma que os conhecimentos da Educação e conseqüentemente da Pedagogia, não darão conta sozinhas de enfrentar esses desafios, sendo necessário recorrer a outras áreas do conhecimento para contribuir neste processo.

Ciantelli et al (2014) em um estudo de caso, objetivou discutir e orientar a prática pedagógica de alunos da Educação Especial, visando o desenvolvimento acadêmico. O estudo foi efetivado ao longo de um ano letivo, em uma escola municipal do oeste paulista, tendo a participação de professores do ensino regular, docentes da Educação Especial e gestores da escola. Inicialmente foram realizadas observações nas escolas, focadas em um aluno com Transtorno Global do Desenvolvimento, Autismo, e em uma aluna com Paralisia Cerebral e Autismo. Estas observações foram juntadas aos diagnósticos clínicos para uma melhor análise e conseqüentemente foram efetivadas intervenções psicoeducacionais com os alunos e docentes especialistas, onde os autores aplicaram a Escala de Comportamento Adaptativo Vineland. Os resultados sugeriram que foi identificado nos casos observados um tipo de padrão limitado de aprendizagens funcionais e interacionais. Ao fim, os achados foram compartilhados e discutidos com os profissionais da escola e a família dos alunos.

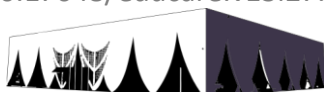
O artigo de Telles e Krug (2014) teve como objetivo analisar em uma cidade específica da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, como ocorre o processo de inclusão e sua interlocução com a corporeidade. A pesquisa foi realizada na forma de estudo de caso em três escolas, onde foi realizado observações. Os resultados indicaram que cada aluno com deficiência observado,



apesar de características comuns, possui dificuldades de aprendizagem específicas e diferenciadas uns dos outros. Desta maneira essa pesquisa reafirma a individualidade humana, tanto nos sujeitos ditos normais, quanto aqueles com deficiência. Desse modo, cada indivíduo pode receber informações com compreensões diferentes, mas igualmente importantes.

O artigo de Silva (2014) apresenta uma narrativa que objetiva saber como a prática de ensino da Escrita de Língua de Sinais (ELS) acontece no Atendimento Educacional Especializado (AEE) numa escola regular que tem alunos surdos matriculados, na cidade de Sapucaia do Sul, estado do Rio Grande do Sul. A autora do artigo explica que recebeu o convite para ser professora de ELS no AEE na escola pesquisada. A direção da escola adotou a ELS como forma de facilitar a aprendizagem dos alunos, utilizando-a diariamente no turno oposto da escola, pois compreende que a ELS é um elemento importante na vida social e escolar dos alunos surdos. A autora finaliza afirmando que, apesar de não existir a previsão legislativa do ensino da ELS nas políticas públicas, aqueles que acreditam neste sistema, observam importantes ganhos de aprendizagem para os alunos surdos.

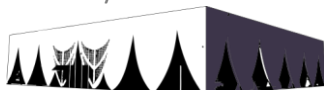
O artigo de Cia e Rodrigues (2014) apresentam dois objetivos do estudo. O primeiro tratou de identificar como ocorre a relação do docente que atua na sala de recursos multifuncionais com o professor da sala regular, demais profissionais e familiares do aluno com deficiência incluído na pré-escola. O segundo tratou de verificar as sugestões que foram levantadas para a melhora dessa relação entre os sujeitos. Os dados da pesquisa foram conseguidos através de um questionário de cinco perguntas semi-abertas, aplicado a cinco professoras da Educação Especial que atuavam em três pré-escolas do município. Os resultados demonstraram que houve uma variação entre as opiniões das professoras, sendo que 40% disseram ter dificuldade em manter contato com os familiares dos alunos. Todas as professoras que participaram do estudo afirmaram que tentavam criar uma parceria de colaboração com os docentes que atuam nas salas comuns. Entre as sugestões que foram levantadas, as principais dizem respeito a uma



maior participação dos pais, a melhoria da aceitação dos alunos com deficiência e a obrigatoriedade da inclusão. Os autores finalizam o estudo ratificando a importância do papel dos familiares e das participantes que auxiliam as professoras e adaptam os materiais para a aula.

Prometi e Castro Júnior (2015) trazem a discussão sobre o ensino da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), a partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que introduz a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nos cursos de formação de professores do país. Assim, o objetivo do artigo é apresentar um relato de experiência acerca do ensino de LIBRAS na modalidade a distância (EAD) na Universidade de Brasília (UnB). Segundo os autores, a intenção não é apoiar o ensino da LIBRAS a distância como um modelo a ser seguido e aplicado, mas apresentar os resultados dessa implementação do ensino de LIBRAS na UnB. Os resultados obtidos possibilitaram organizar uma perspectiva didático-linguística como elemento essencial para o ensino e aprendizado da LIBRAS na modalidade EAD, através da participação de toda a equipe e levando em conta as especificidades da língua e das demandas oriundas da educação de Surdos.

Lucachinski e Tondin (2016) em um estudo de caso realizado na rede municipal de ensino da cidade de Chapecó em Santa Catarina, teve como objetivo realizar uma análise da relação entre alfabetização e redução das desigualdades escolares e sociais no que diz respeito a prática pedagógica e sua orientação, em alunos com deficiência, dentro da formação oferecida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A pesquisa ocorreu com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes que participaram do PNAIC, além de consulta a documentos oficiais. Os dados coletados foram tratados de acordo com a análise de conteúdo temática, juntamente com a hermenêutica dialética. Os resultados apontaram que os documentos direcionam a alfabetização de todos os alunos, levando em conta também a diversidade e a diferença entre os discentes. As entrevistas expuseram que para as professoras, a alfabetização contribui para a diminuição das desigualdades sociais. Entretanto a maioria dos docentes





entende que essas desigualdades são decorrentes dos próprios indivíduos e não do sistema social atual. No caso da deficiência a maioria compreende a desigualdade por uma causa unicamente biológica. Mesmo que algumas falas tragam a importância da escola na construção de um contexto social, isso não é feito através de um pensamento crítico. Apesar disso, os autores finalizam afirmando que o PNAIC pode ser entendido como o programa mais abrangente já executado em nosso país, no que diz respeito a formação continuada na área de alfabetização, ainda mais por conta da importância da alfabetização para a escolarização da população e conseqüentemente ser um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento de um país.

O artigo de Calheiros e Fumes (2016) tiveram como objetivo descrever e analisar a formação e as experiências pedagógicas de docentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no que diz respeito ao ensino das pessoas com deficiência. Os autores utilizaram a entrevista semiestruturada com oito professores. Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Os resultados encontrados demonstraram que o número de professores que tiveram experiências com alunos com deficiência foi muito poucos, sendo que nenhum tinha uma formação específica para atuar com educação inclusiva. Entretanto, uma parte dos professores entrevistados disse produzir poucas, mas importantes práticas pedagógicas na tentativa de atender os alunos com deficiência. Os autores concluem o estudo sinalizando para um maior investimento na formação do docente de ensino superior, haja vista o continuo aumento de matrículas de discentes com deficiência e/ou necessidades especiais na Universidade, especialmente nos cursos de Licenciatura, pois são eles têm a responsabilidade de formar as futuras gerações de docentes do país.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O objetivo deste artigo foi verificar, por meio de revisão sistemática, as produções sobre a Educação Especial, que foram publicadas nas duas principais revistas acadêmicas da área de Educação, ligadas a Universidades Estaduais da Bahia: a revista da FAEEBA da Universidade do Estado da Bahia e a revista Práxis Educacional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Foram achados 11 artigos que discutem sobre Educação Especial em seus diversos aspectos: foram 3 artigos sobre Educação Infantil, 2 artigos sobre Língua Brasileira de Sinais, 2 sobre Políticas públicas, 2 sobre Formação docente e 1 sobre prática pedagógica.

Entre os elementos metodológicos tivemos 2 ensaios teóricos, 3 observações, 2 análises documentais, 2 entrevistas e 1 relato de experiência. Isso demonstra não só a variedade de focos dentro da temática da Educação Especial, mas também o grande número de possibilidades metodológicas.

Assim, apesar das pesquisas com a temática da Educação Especial estejam aumentando gradativamente, podemos observar que ainda estão concentradas nas Instituições de Ensino Superior das regiões sul e sudeste do país. Fica registrado o fato de que, durante nossa revisão, não foram encontrados artigos sobre Educação Especial produzidos em IES da Bahia. Deste modo, é importante que os pesquisadores das Universidades baianas produzam e publiquem mais estudos, principalmente por existir neste estado 2 periódicos científicos de reconhecida qualidade, no âmbito da educação.

De acordo com os resultados da pesquisa, concluímos que é cada vez mais imprescindível que aconteça uma expansão na produção científica sobre Educação Especial, até mesmo porque o país passa atualmente por um momento de intensa efervescência por conta de iminentes reformas nos setores de educação e outros aspectos que incidirão diretamente no bem-estar da população e na justiça social.



## REFERÊNCIAS:

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho; CASTRO, Adriano Monteiro de. **Formação de professores e a escola inclusiva** – questões atuais. Integração, Brasília, v.14, n.24, p.6-11, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2.ed. Brasília: Corde, 1997.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

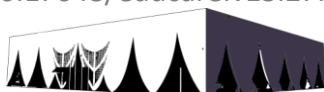
BRASIL. Ministério de Estado da Educação e do Desporto. **Portaria Ministerial nº 1793 SEESP/MEC, de 27 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da União de 28/12/1994.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Experiências e saberes de professores universitários em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 239-255, maio/ago. 2016.

CARMO. Apolônio Abadio do. **Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho**. In: Revista Integração, no 23, MEC/Seesp, 2001, pp. 43-48.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, jan./jun. 2012.

CHICON, José Francisco. **Jogos, brincadeiras e brinquedos populares: a mediação pedagógica do educador na perspectiva da inclusão**. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Caxambu – MG. 2003. págs. 1-7.



CIA, Fabiana; RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. Ações do professor da sala de recursos multifuncionais com os professores das salas comuns, profissionais e familiares de crianças pré-escolares incluídas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 81-103, jan./jun. 2014.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. O transtorno global do desenvolvimento na educação inclusiva: escola comum ou escola especial? **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 105-127, jan./jun. 2014.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. **Educação Unisinos**. 17(3):238-249, setembro/dezembro 2013.

GLAT, Rosana. OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **Adaptações Curriculares**. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.

LUCACHINSKI, Elci Schroeder; TONDIN, Celso Francisco. Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do pacto nacional pela alfabetização na idade certa. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 217-234, jan./abr. 2016.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, jan./jun. 2014.

MEDINA E.U.; PAILAQUILÉN, R.M.B. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino - Americana de Enfermagem**, v.18, n.4, 2010.

MIRANDA. Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: **Anais do seminário de pesquisa em educação especial**, Vitória: UFES, 2006.

MUÑOZ, Susana Inés Segura; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso; SANTOS, Cláudia Benedita dos; SANCHEZ-SWEATMAN, Otto. Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: **Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem**, 8, 2002, SIBRACEN, Ribeirão Preto (SP). Anais... Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em <http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2016.

PROMETI, Daniela; CASTRO JÚNIOR, Gláucio. Ead e o ensino de LIBRAS: o caso da Universidade de Brasília (UNB). **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 161-178, jul./dez. 2015.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco; NUÑEZ, Joana Maria Leôncio; FERNANDEZ, Osvaldo Francisco Ribas Lobos. Diversidade na educação básica: políticas de sentido sobre a formação docente. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 101-112, jan./abr. 2016.

SANTOS, Kátia Silva; BAPTISTA, Claudio Roberto. Novos ‘referenciais’ cognitivos e normativos para a política nacional de Educação Especial no Brasil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 15-33, jan./jun. 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **A inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, 28(1):15-31, jan./abr., 2016.

SILVA, Erika Vanessa de Lima. A escrita da língua de sinais na escola inclusiva através do AEE. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 129-146, jan./jun. 2014.

SILVA, Gisele Ruiz. Profissão professor: modos de gerenciar a docência em tempos de inclusão. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador**, v. 23, n. 41, p. 179-189, jan./jun. 2014.

TELLES, Cassiano; KRUG, Hugo Norberto. Prática docente: a corporeidade como processo de inclusão. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 147-165 jan./jun. 2014.



ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; PAULINO, V. C.; MENDES, E. G. Discutindo o papel do professor de educação especial na proposta de co-ensino em um município do interior de São Paulo. In: **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência**, São Paulo, 2013.

Recebido em: 04/12/2016

Aprovado em: 23/07/2017

